

TCU releva polêmica e aprova a privatização da Eletrobras

Infraestrutura Precificação da potência de usinas hidrelétricas elevaria outorga para R\$ 57,2 bilhões

TCU desconsidera falha e aprova valor de venda para Eletrobras

Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem a primeira fase dos estudos técnicos para a privatização da Eletrobras. O julgamento terminou com seis votos favoráveis à aprovação e apenas um contrário. Os valores aprovados serão utilizados agora para auxiliar na definição do preço da ação que será considerado para a capitalização da empresa, fase que ainda passará pelo escrutínio do TCU.

O governo espera que o órgão de controle entregue a última etapa até o fim de março ou início de abril, de forma a possibilitar a conclusão da operação em maio. Há uma preocupação, porém, de que, passado esse período, a privatização seja comprometida pelo calendário eleitoral. Segundo o Valor, aprovou, os ministros Paulo Guedes (Economia), Giro Nogueira (Casa Civil) e Bento Albuquerque (MME) fizeram apelos para que o plenário do TCU não determinasse nenhuma alteração na modelagem econômico-financeira.

O governo procurou os ministros do TCU com o objetivo de sensibilizá-los para a importância de dar andamento ao processo, que seria a privatização "mais simbólica" concluída na gestão do presi-

dente Jair Bolsonaro até aqui.

Após a aprovação do TCU, o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, disse apenas que a decisão foi "positiva e democrática" e que o cronograma da privatização não foi afetado pela demora no aval do tribunal, que estava previsto para dezembro passado.

Com a decisão, as ações preferenciais da estatal subiriam 6,54%, as ordinárias, 6,22%.

Conforme revelado há duas semanas pelo Valor, o ministro Vital do Rêgo apresentou um erro metodológico no cálculo do valor agregado aos contratos (VAC) da estatal que totalizaria uma perda de R\$ 34 bilhões para o Tesouro Nacional apenas com o bônus de outorga da operação.

Segundo os cálculos apresentados por ele, a outorga passaria de R\$ 23,2 bilhões para R\$ 57,2 bilhões, enquanto que os repasses para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que ajudaria a segurar a alta na conta de luz, passariam de R\$ 29,8 bilhões para R\$ 63,7 bilhões.

O grosso da diferença deve-se ao fato de o governo não ter contemplado na modelagem apresentada a precificação da potência das 22 hidrelétricas da Eletrobras. Outro ajuste, menor, foi motivado por falhas na definição dos critérios de risco hi-

droológico dos próximos anos.

"De forma inexplicável e ilegal, não foi apresentada a precificação da potência. Um erro absurdo, crasso", disse o ministro. "Entendo ser essa uma situação inegociável."

Apesar dos argumentos de Vital, os demais ministros optaram pela aprovação da modelagem e pela continuidade do processo.

"Acho que ainda não temos o estado da arte suficiente para a apropriação adequada do mercado de potência", alegou o ministro Benjamin Zymler, considerando um especialista na área.

A avaliação de Zymler é a mesma do governo, que justificou a ausência dos valores referentes à potência pela inexistência de um mercado para esse ativo. Nesse sentido, alega o Ministério de Minas e Energia (MME), seria impossível precificar a potência.

Ainda assim, Zymler afirmou que compartilha da percepção de Vital e que não vê a privatização em estágio maduro. "Ainda não está em um nível de maturidade adequado. Se a Eletrobras fosse minha, eu não a privatizaria com essas contas", ponderou.

Zymler cogitou ainda a possibilidade de determinar ao governo que se compromettesse a incluir uma cláusula no contrato com previsão de uma eventual compensação caso o mercado de potência se viabilize no futuro.



Ministro Vital do Rêgo: "Estamos vendendo a Eletrobras pela metade do preço e o setor privado está em festa"

A proposta, no entanto, acabou revertida em recomendação, sob protestos de Vital. "Estamos vendendo a Eletrobras pela metade do preço e o setor privado está em festa", afirmou ele.

Os demais ministros presentes entenderam que a conclusão da privatização seria, de toda forma, mais benéfica do que postergar o

processo ou manter a Eletrobras sob controle do governo federal.

"Eventual percepção de superestimativa do VAC pelo mercado resultaria no afastamento de investidores, redução do valor das ações e menos recursos disponíveis para investimentos. O que se pleiteia e deseja é investimento para o setor", relativizou o

ministro Walton Alencar.

As incertezas que rondavam o julgamento da matéria levaram o primeiro escalão do governo a procurar individualmente os ministros do TCU para evitar um revés na análise da privatização. (Colaborou Daniel Rittner)

Ver também página A6

Infraestrutura Processo de privatização terá outra etapa dia 22 com assembleia de acionistas da companhia

Precificação da Eletrobras divide opiniões

Rafael Ross, Gabriela Ruddy e Rafael Bittencourt
Do Rio e Brasília

A aprovação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da primeira fase dos estudos técnicos para o processo de privatização da Eletrobras dividiu especialistas ouvidos pelo Valor. O processo foi aprovado com seis votos favoráveis e apenas um contrário.

Para Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a aprovação foi positiva e tirou uma "barreira da frente". Ele se mostra otimista com a concretização da privatização ainda este ano, mas acredita que o prazo perseguido pelo governo, de terminar o processo em maio, é muito otimista. Santana acredita que a estatal estará privatizada em junho ou julho.

"Acho o cronograma de maio muito difícil. O TCU tem que aprovar ainda a modelagem de venda.

Mas acho que junho e julho sim, é possível", afirma Santana. De acordo com o ex-diretor da Aneel, o TCU entendeu corretamente que não havia erro no cálculo do valor da outorga. Conforme o Valor mostrou este mês, o ministro Vital do Rêgo havia apontado um erro de cálculo nos valores. Ontem, o ValorPRO revelou que a outorga deveria ser de R\$ 57,2 bilhões e não de R\$ 23,2 bilhões.

Santana alega que o equívoco estava não estava nas contas dos técnicos do TCU, mas do ministro revisor Vital do Rêgo. Para o ex-diretor do órgão regulador, havia um "futurismo" ao se tentar calcular o preço da energia para além de 2033. Ele diz que a descontinuação das usinas da estatal não deverá ser um problema, já que, afirma Santana, apenas um terço delas são por cotas, com as demais já no mercado livre. "Quase tudo está no ambiente livre: Itaipu, Itumbiara, Sobradinho. Essas todas nunca

estiveram em cotas, sempre foram do mercado livre", diz.

O atual modelo de privatização da Eletrobras foi inspirado no desenho concebido ainda no governo Michel Temer, quando o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Paulo Pedross ocupava o posto de secretário executivo do Ministério de Minas e Energia. Ele é crítico ao modelo de venda do controle da estatal. Segundo ele, os chamados "jabutis" aprovados pelo Congresso vão provocar o aumento de custo para os consumidores e capturam parte dos ganhos comerciais para cobrir despesas com encargos na conta de luz, via transferências à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Com o avanço da análise no TCU, Pedross avalia que a operação poderá trazer pelo menos parte dos efeitos que considera benéficos para o país. "O custo da privatização já está definido, com os jabutis e a destinação da CDE. Essa água já passou pela turbina. Então, agora, o melhor caminho é avançar no processo, descontinuar a energia e ganhando um novo player com vontade de competir

no nosso mercado", disse ele, que hoje é presidente-executivo da Associação de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace).

Roberto D'Araujo, do Instituto de Desenvolvimento do Setor Elétrico (Ilumina), questiona a forma como se dá a privatização: "Estamos discutindo a privatização [da Eletrobras] sem base em números financeiros sem discutir a estrutura do modelo do setor elétrico, que está defasado, não pode mais ser o modelo do passado", diz D'Araujo. "O problema todo é que as contas são feitas em modelagem equivocada. Ninguém pode apostar que a garantia física [associada a cada usina geradora] esteja certa."

A razão, diz, é que a composição do sistema elétrico, em termos de fontes, não é a mesma uma vez que foram incorporadas muitas termelétricas ao parque hidrelétrico. "Isso muda a composição de custos marginais", diz. Na visão dele, o modelo de precificação do setor elétrico brasileiro está "errado". Diz que o valor da Eletrobras está "equivocado" porque cerca de 30% da empresa vende energia barata ainda como reflexo da MP 579, no

governo de Dilma Rousseff.

David Zylberstajn, professor da PUC-Rio e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), elogiou a decisão do TCU e afirmou que o mercado ajusta o processo de licitação com uma oferta pública: "Não existe caro ou barato. Quando faz um leilão, há uma convergência com a precificação de mercado", ressalta. Ele não vê irregularidades nos preços sugeridos nos estudos do MME aprovados pelo TCU e acredita que a estatal deve ser privatizada este ano.

Na semana que vem, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas da Eletrobras, agendada para terça-feira, vai debater a privatização da empresa. O edital prevê a deliberação sobre os valores finais da operação. Todos os itens da pauta precisarão ser aprovados, sem exceção, para que a privatização possa avançar.

O sócio do Souto Correa Advogados e especialista em energia Fábio Di Lallo, diz que o fato de o TCU ter cogitado possível necessidade de mudança nos preços finais da outorga pode levar a questionamentos de acionistas na AGE. "Os acionistas devem poder se debruçar sobre valores concretos, não sobre algo que possa ser modificado", aponta.

Fontes que preferem não se identificar dizem que há forte pressão no governo para que o processo avance conforme o calendário previsto, dado que é uma pauta considerada positiva para a equipe econômica.

Questionada sobre possíveis mudanças na AGE, a Eletrobras respondeu em nota que novas informações nesse sentido serão comunicadas formalmente ao mercado. A empresa também não comentou a decisão do TCU de aprovar o valor de outorga.

"A aprovação do TCU abre tremendo espaço para o governo seguir com a privatização. A vitória de hoje [ontem] traz a expectativa de conclusão do processo entre março e abril", disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBI), Adriano Pires. Ele diz que a segunda fase de análise do tribunal, que envolve a emissão de novas ações da Eletrobras para diluir o controle da União, será "desafiador". Pires afirma que a decisão de ontem do órgão de controle, com o placar de 6 a 1, trouxe um novo ânimo. "No ano passado, o pedido de vista do ministro Vital do Rêgo gerou pessimismo. Achávamos que a privatização neste início de ano havia ficado complicada", disse. "Agora, eu acho que o governo vai conseguir", completou.

